REFORMA TRIBUTÁRIA

Governadores resistem e dificultam a votação

Expectativa de Lira é que PEC seja levada ao plenário até sexta-feira, mas há uma falta de consenso sobre o texto elaborado pelo relator Aguinaldo Ribeiro. Conselho Federativo, divisão do FDR e prazo de transição para o novo IBS estão no centro da divergência

» RAFAELA GONÇALVES

A insatisfação de governadores com o texto da reforma tributária é o principal entrave para a votação da proposta de emenda à Constituição na Câmara dos Deputados. Nove chefes de poderes executivos estaduais estão em Brasília para articular mudanças e tentar adiar a apreciação da PEC, prevista para acontecer até sexta-feira. Entre as negociações, estão a definição de regras para o Conselho Federativo, a divisão do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) e um novo prazo de transição para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Único dos 27 governadores a se colocar terminantemente contra a proposta, Ronaldo Caiado (União Brasil-GO) esteve ontem na Câmara para tentar convencer deputados federais a rejeitarem a PEC. Ele acredita que as unidades da Federação estão prestes a perder autonomia com a junção de impostos no novo regime tributário. Defendeu, ainda, a manutenção da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

"Não estou preocupado com o meu mandato, estou preocupado com estados e prefeitos que vão perder, sim, capacidade de legislar sobre a suas próprias vidas. Essa é a verdade e peço a vocês que reflitam. Vocês, amanhã, serão governadores dos seus estados. Não façam isso", exortou.

Segundo Caiado, a simplificação dos impostos por um Impostos sobre Valor Agregado (IVA) não é a solução e criticou a parcela de contribuição da União no tributo. O governador também disse não concordar com a justificativa de que o sistema tributário atual pune os mais pobres, criticando a alternativa proposta na reforma. "Falar em cashback como sendo modernidade é o que existe de mais retrógrado e ultrapassado do mundo. Cesta básica deveria ser simplesmente tarifa zero. Não caminhem para um processo que vai levar o pacto federativo a ser totalmente inviabilizado", afirmou.

Rogério Santana/Governo do RJ



Na reunião do Codesul, governadores estiveram com ministro Waldez Góes. Há gestores que pedem rejeição total da reforma, mas outros defendem ajustes

Em reunião de parlamentares do Consórcio de Integração Sul e Sudeste (Cosud) e do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (Codesul) — da qual participou o ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes —, governadores apresentaram ao relator da proposta na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), três contrapropostas para o texto. Nenhuma sinalização foi feita pelo deputado, que deve hoje ter mais um dia intenso de agendas com representantes estaduais.

Estiveram presentes os governadores Cláudio Castro (PL-RJ); Eduardo Leite (PSDB-RS); Eduardo Riedel (PSDB-MS); Jorginho Mello (PL-SC); Ratinho Júnior (PSD-pr); Renato Casagrande (PSB-ES); Romeu Zema (Novo-MG); e Tarcísio Freitas (Republicanos-SP).

Peso paulista

Nos bastidores, a avaliação é de que Tarcísio tenta usar a força de São Paulo para ganhar protagonismo nas negociações da reforma. Ele foi recebido pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), no início da noite. "Há concordância quanto a proposta, o que falta é ajuste. O que queremos é governança no Conselho Federativo e maior controle dos estados. Entre os mecanismos de votação se cogita o mínimo de 50% de quórum nas regiões para evitar que maioria se forme em detrimento de outras regiões", afirmou.

Segundo o governador Eduardo Leite, os estados estão dispostos a negociar concessões. "Às vezes tem que definir um prazo para poder forçar, como está acontecendo aqui. Talvez se não consiga votar nesta semana, mas o importante é que todos estão se esforçando para estar aqui dando atenção para algo que é transformador para o Brasil", afirmou.

> **Falar em cashback como modernidade é o que existe de mais retrógrado. Cesta básica deveria ser tarifa zero. Não caminhem para um processo que vai levar o pacto federativo a ser inviabilizado"**
>
> ***Ronaldo Caiado,*** *governador de Goiás*

Cajado quer retirar FCDF

O relator do arcabouço fiscal na Câmara, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), trabalha para que as mudanças feitas no texto pelo Senado sejam derrubadas. As principais são a retirada do limite de gastos do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) — alterações promovidas pelo relator da matéria no Senado, Omar Aziz (PSD-AM).

Em conversa com jornalistas, no Salão Verde, Cajado argumentou que a inclusão dos três fundos dentro do novo marco fiscal não trará prejuízos. Chamou ainda de "narrativas" e "números que não se sustentam" cálculos trazidos pelo Governo do Distrito Federal (GDF) sobre perdas bilionárias com a inclusão do FCDF no arcabouço.

Alterações políticas

Tanto as verbas do DF quanto as do Fundeb foram definidas por Cajado como alterações políticas. Segundo o relator na Câmara, a inclusão de ambos os fundos dentro do limite do arcabouço trará aumento de receita.

"Para 2023, com absoluta certeza (que vai arrecadar mais com os fundos dentro do limite de gastos). Os cálculos estão sendo feitos, e assim que tiverem concluídos, vou apresentar. Não há prejuízo, por estarem na base, nem para o Fundo do DF nem para o Fundeb — pelo contrário, colaboram com o conjunto das despesas. Criamos dentro do Fundeb um extrato para o acréscimo de 2% a cada ano, portanto a narrativa está errada. Foi uma decisão política que o Senado tomou. A Câmara deverá definir se vai tomar a decisão tecnicamente ou politicamente", cobrou.

Cajado afirmou que seu texto traz ao novo marco fiscal "maior robustez". Mas, antes de fazer alterações, conversará com os líderes de blocos, de partidos e com o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL).

"Apresentarei, na reunião a ser convocada pelo presidente Lira com o colégio de líderes, minha opinião sobre cada uma das alterações. Existem sete que considero que são apenas e correções redacionais que o Senado fez e que não há problema algum. Mas existem outras que têm impacto. Têm questões políticas a serem analisadas. Então, acredito que será uma decisão definitiva. Mas precisamos, primeiro, que haja a votação do Carf, porque está obstruindo a pauta", explicou.

No governo, há a convicção de que o marco fiscal será aprovado, independentemente de o texto ser mais próximo ao relatado por Omar Aziz ou ao de Cajado. Nos últimos dias, o líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), afirmou que o Palácio do Planalto sairá vitorioso de qualquer forma. **(RF e AM)**

» LEIA MAIS na página 13

Carf fica parado e pode travar agenda

» RAPHAEL FELICE
» ÂNDREA MALCHER

A votação em Plenário do projeto de lei (PL) que restabelece o voto de qualidade nos julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), previsto para ser votado ontem, foi adiado pela segunda vez. A indefinição sobre a matéria preocupa a base do governo e pode emperrar o cronograma previsto pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). O Carf tramita em regime de urgência e, por isso, tranca a pauta de votações do Plenário desde 21 de junho.

Isso representa que se o relatório do deputado Beto Pereira (PSDB-MS) não for votado até sexta-feira, os deputados não poderão votar o novo marco fiscal e nem a reforma tributária. Com isso, a semana de esforço concentrado convocada por Lira não surtirá o efeito desejado por ele e pelo Palácio do Planalto.

Beto considera que "o Carf é um tema complexo, cheio de particularidades", mas entende que o texto teve avanços significativos. No entanto, a avaliação é de que o relatório precisa de ajustes para ter condições de ser aprovado em Plenário. O relator acredita que o parecer seja votado hoje, mas há chances de o projeto não andar e frustrar os planos do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de conseguir uma tripla vitória antes do recesso.

Entre os pontos de desacordo das bancadas com o relatório de Beto Pereira está a espinha dorsal do próprio projeto, que dá a vitória ao governo em caso de empate nos julgamentos do tribunal tributário. Além disso, muitos parlamentares manifestaram insatisfação com o trecho que permite que a Receita Federal seja a mediadora das negociações das dívidas a serem recolhidas após a decisão do Carf. Atualmente, essas cobranças são feitas exclusivamente pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Marina Ramos/Agência Câmara



Lira projeta votar as principais matérias econômicas da Casa até sexta. Mas PL do Carf pode frustrar planos

O próprio Lira voltou a sinalizar, ontem, que não havia compromisso de votar o PL do Carf. Na segunda-feira, o presidente da Câmara tinha dado a entender que a ida da matéria a Plenário matéria poderia ser novamente adiada.

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), uma das maiores da Câmara, com 300 deputados, aumentou a pressão contra o restabelecimento do voto de qualidade no Carf ao divulgar nota na qual afirma que "o governo federal não deve tentar promover a arrecadação a qualquer custo, notadamente quando pretende ferir de morte os preceitos constitucionais que protegem os contribuintes".

Segundo a posição da FPA, "o Carf deve funcionar como um tribunal administrativo que garanta a imparcialidade necessária de tratamento entre os interessados. Não se pode esperar do Conselho um favorecimento ao Fisco e tampouco ao contribuinte".